

Identidade e aprendizagem no crioulo haitiano

Issues of identity and learning in Haitian Creole

Ariele Helena Holz Nunes¹

Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, Brasil

holz.ariele@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-7127-2623>

Abstract: This article aims to discuss and rethink the linguistic identity of Haitian Creole speakers inserted in the situation of conflict and contact with French. Therefore, we start from the concept of subject debated in postmodern linguistics (Gerald 2010), bringing to the core of the discussions the notion of responsible subject, conscious subject, respondent subject, incomplete subject, inconclusive, insoluble and historical subject. In this sense, the research focuses on how the essence of the Haitian speaker is lost in the imposition of another language, and especially because the educational system implemented in the country does not meet the expectations of emancipatory language education. The concreteness of the work is explained by the theoretical intersection between the theories of Applied Linguistics and Creole Studies, inherent to Contact Linguistics. In the light of Rajagopalan (2003), Lyotard (2018), Holm (2004), DeGraff (2019), etc. It is understood that there is the gradual erasure of the subject of postmodernity in the linguistic context of Haiti.

Keywords: Postmodernity; Subject conception; Creole languages; Haitian Creole; Identity.

¹Este artigo é fruto das discussões propostas na disciplina de Linguística Aplicada, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UFSC) e ministrada pela professora Dra. Rosângela Pedralli, a quem dedico o meu singelo agradecimento pela partilha de conhecimentos e orientações de leitura e escrita.

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir e repensar a identidade linguística dos falantes de crioulo haitiano inseridos na situação de conflito e de contato com o francês. Para tanto, parte-se da concepção de sujeito debatida na linguística pós-moderna (Geraldi 2010), trazendo ao bojo das discussões a noção de sujeito responsável, sujeito consciente, sujeito respondente, sujeito incompleto, inconcluso, insolúvel e sujeito histórico. Nesse sentido, a investigação centra o olhar em como a essência do falante haitiano se perde na imposição de outra língua, e sobretudo, em decorrência do sistema educacional implantado no país não corresponder às expectativas da educação linguística emancipatória. A concretude do trabalho é explicada em função do cruzamento teórico entre as teorizações da Linguística Aplicada e dos Estudos Crioulísticos, inerentes à Linguística de Contato. À luz de Rajagopalan (2003), Lyotard (2018), Holm (2004), DeGraff (2019), dentre outros autores; chega-se à compreensão de que há o apagamento gradual do sujeito da pós-modernidade no contexto linguístico do Haiti.

Palavras-chave: Pós-modernidade; Concepção de sujeito; Línguas crioulas; Crioulo haitiano; Identidade.

1 Introdução

O percurso histórico de uma língua crioula nem sempre é constituído e norteado intencionalmente por seus usuários nativos e pelos condicionantes internos desse sistema linguístico. Geralmente, há forças externas que antecedem o processo, motivadas por questões políticas, sociais, econômicas e ideológicas; o que faz com que este seja um fenômeno dado e, naturalmente, imposto. Dito isso, uma intrínseca relação entre a identidade do falante e os potencializadores de criação da sua língua se estabelece. Negar esse laço seria o mesmo que invalidar o constructo teórico de que as línguas são convenções sociais. Não há línguas sem falantes, nem falantes sem línguas. Igualmente, não há falante sem identidade, e não há identidade que não seja mediada por ideologias.

Na tentativa de legitimar a discussão, sugere-se a integração entre a concepção de sujeito pós-moderno e a situação de conflito linguístico do Haiti. Nessa perspectiva, o estudo tem por objetivo central discutir e repensar a identidade linguística dos usuários de crioulo haitiano (ISO 639-3 HAT) inseridos no horizonte de contato com o francês. As problemáticas que orientam o trabalho estão muito fixas na ideia de que o falante tem a sua identidade massacrada e apagada em função da imposição de uma língua de prestígio com a qual concorre em seu território. Considerando esse aspecto, assume-se como hipótese, para a mudança da realidade haitiana, a inserção

de raízes nativas no sistema educacional, de modo que seja ensinada a língua crioula e promovida uma vida cidadã a partir do aparato escolar.

O desenho teórico-metodológico se desdobra em quatro vertentes distintas: inicia nas teorizações referentes ao movimento de descentralização que a Linguística sofreu, saindo das abordagens estruturalistas e sistemáticas da língua, para incorporar e assumir como objeto de estudo o viés social que permeia o campo da linguagem. Em seguida, a importância da desconstrução do conceito eurocêntrico de língua é trazida à tona para que se insira no debate a questão das línguas crioulas como representantes de novas formas de linguagens. Posteriormente, sabendo da nação que é foco desse estudo, o crioulo haitiano é elencado para exemplificação do crioulisto. No quarto momento, evocam-se os fenômenos linguísticos da pós-modernidade, cruzando as tipologias de sujeito moderno com os traços identitários dos haitianos. Por fim, seguindo uma linha mais analítico-discursiva, a educação linguística emancipatória é colocada como uma alternativa para a reconstrução das raízes nativas, indo desde os princípios básicos de alfabetização e letramento à noção de homem omnilateral em oposição ao unilateral como meio de transcendência de uma sociedade segmentada e excludente para um sistema social pautado na igualdade e na equidade.

Acresce mencionar que a magnitude das teorizações produzidas neste escrito é validada à medida que assumir a língua e as raízes do outro, do estrangeiro, como instrumento de investigação e reflexão se torna uma iniciativa de acolhimento, de representatividade de uma cultura vista historicamente como minoritária. Para a concretude da exposição, o aporte teórico escolhido é diverso, transitando entre Rajagopalan (2003), Lyotard (2018), Holm (2004), DeGraff (2019), e outros, o que torna visível a possibilidade de articulação entre a Linguística Aplicada e a Linguística de Contato.

Tendo conhecimento de que esta é uma pesquisa principiante, faz-se necessário salientar que outros estudos ainda serão realizados sobre a temática, podendo gerar resultados diferentes mediante a experimentação de referenciais teórico-metodológicos alternativos. Não obstante, destaca-se que o trabalho desenvolvido apresenta a sua significância aos estudiosos da área da Linguística Aplicada e da Crioulística, em especial àqueles que buscam um maior entendimento acerca das políticas linguísticas que permeiam os cenários de coexistência entre uma língua crioula e uma língua de prestígio. Lançada a presente conjuntura linguística, há uma necessidade de ampliação do tema, devido a sua relevância social e política para os estudos hodiernos da linguagem.

2 Os caminhos teóricos e a descentralização da Linguística

Adentrando no repositório epistemológico dos estudos linguísticos, é possível identificar que há o desenho de uma crise em torno de suas propostas teóricas. Isso significaria dizer que há fatores internos e externos à própria Linguística motivando uma descentralização do seu objeto inicial: a língua dicotômica, o sistema ordenado e fechado em si mesmo, defendido, principalmente, pelas consolidadas ideias de Saussure (1916). Historicamente, e em contraponto ao canônico *Curso de Linguística Geral*, a Linguística passou a assumir a forma de *rizoma*², ou seja, um objeto de estudo ramificado em muitas outras subáreas, entre elas: a Linguística Aplicada, a Sociolinguística, a Análise do Discurso, a Linguística de Contato, entre outras.

Essa urgência de ressignificação se manifestou, primordialmente, em função do entendimento de que as teorias linguísticas assumem, ao longo dos tempos, uma vertente de interesse que coincide com os anseios do período vigente. Embora a consciência de que os estudos da linguagem se instauram em uma gama de possibilidades dentro do seu escopo teórico, não há como negar que a essência do objeto linguístico é móvel, mutável e variável. Para Lyons (1989 apud Rajagopalan 2003: 40), a cada quatro décadas, a Linguística passa por uma reviravolta e assume um novo paradigma.

Analisando cronologicamente, o século XX incorporou discussões cruciais ao repertório teórico da Linguística, pode-se dizer que foi nesse período que a relevância e o sentido das suas investigações começaram a ser lançados no meio social e acadêmico. O início do século foi marcado pela noção saussureana de língua. Em oposição, a década de 1950 trouxe o modelo gerativo ao centro das atenções, cujo desenvolvimento buscou igualar a língua à lógica da matemática. À posteriori, WLH (1968) inauguraram a *Teoria da Mudança Linguística*, colocando a noção homogênea de sistema como antagonista às suas pressuposições, uma vez que evidenciaram a heterogeneidade ordenada da língua.

Assim sendo, é passível de aceitação o fato de que a língua muda conforme a sociedade muda, logo, é inconcebível ignorar o caráter social que o sistema linguístico carrega. Nem só de estruturas internas e combinações inerentes à própria estrutura se constrói uma língua, há condicionantes externos que a moldam constantemente, e inclusive, justificam alguns de seus usos e a sua forma de organização em detrimento de outras. Assumir esses potencializadores como objeto de estudo foi um dos grandes

²Em Michaelis (2019), *web*, a noção de rizoma é posta como um caule que proporciona o crescimento de novas ramificações: “Caule subterrâneo, comum em plantas vivazes, rico em reservas e caracterizado por possuir nós, botões, gemas e pequenas folhas com escamas; com capacidade para produzir novos ramos floríferos e raízes”.

passos da Linguística de transição do século XXI, em que questões de aprendizagem, de contato entre línguas, de discurso, de mudança linguística ganharam uma expressividade cada vez maior.

Há claramente um embate posto entre os estudiosos que circulam no campo da homogeneidade da língua, e aqueles que contestam todos os indícios que a explicariam. A heterogeneidade da língua não é posta apenas como uma resposta aos ideais de Saussure (1916), mas como o desdobramento de novas questões à própria Linguística, fazendo com que ela saísse de sua caixa de categorização e passasse a assumir a noção de sistema como uma entidade viva, um objeto socialmente construído, utilizado por uma comunidade como recurso comunicativo, que assume a função de protagonista na vida de seus falantes.

O conceito de heterogeneidade da língua está muito indexado à noção de subjetividade do falante, fazendo com que o aspecto social passe a ter centralidade nos estudos linguísticos. WLH (1968: 34) sugerem à Linguística investigar um modelo de língua que acomode “o uso variável e seus determinantes sociais e estilísticos”. Nos escritos estruturalistas, o discurso hegemônico concebe a língua como um sistema estático, que não sofre mudanças independente dos fenômenos a qual é submetida, enquanto para os variacionistas: “[...] toda língua constantemente sofre alteração, e formularia fatores condicionantes” (WLH 1968: 34).

Essa proposta de descentralização pode ser concebida como uma ação não só dos linguistas, como do próprio homem, da própria sociedade, que passou a respirar novos ares e apresentar outros anseios e laços sociais. Rajagopalan (2003) defende que a Linguística, enquanto campo de saber e de pesquisa, é uma atividade humana, uma vez que foi construída e idealizada pelo homem. Em decorrência disso, pode ser moldada e refeita interminavelmente, dado o momento histórico em que os sujeitos sociais estão inseridos e as suas respectivas necessidades.

Na mesma linha, Harris (1981) cita a termodinâmica para afirmar que todo sistema tende à desorganização, à mudança, colocando a língua como um sistema muito diverso para ser concebida como um conjunto único de realizações. Por conseguinte, a Linguística assumiu outros espectros pela própria insuficiência dos modelos vigentes explicarem os múltiplos fenômenos que estavam surgindo, especialmente com o advento da globalização e dos avanços tecnológicos.

Geraldi (2010) elucida que a iniciativa pioneira de Saussure (1916) só expressa um pensamento obsoleto, que não consegue mais abarcar todas as vertentes que a Linguística assumiu ao longo das décadas. O Estruturalismo teve muita veemência e é lembrado até a atualidade pela sua exaustiva tentativa de consagrar a Linguística como uma ciência, ainda que tenha deixado fenômenos tradicionalmente pertencentes ao campo da linguagem à mercê de suas discussões.

A mudança de paradigma já está inscrita na contemporaneidade, e a sua consolidação fica cada vez mais clara mediante o próprio interesse dos linguistas

em elencar problemáticas para os seus estudos. As relações construídas pela e na linguagem serão sempre o ponto de partida e de chegada da Linguística. No entanto, o novo olhar para os estudos linguísticos deve ser desenhado em um movimento contínuo. Geraldi (2010) argumenta que há uma necessidade urgente da Linguística ser ressignificada enquanto objeto científico: a linguagem em seu funcionamento social deve ser assumida como o ponto crucial do debate, deixando em segundo plano a língua e seu sistema de relações internas. Somente assim as linhas teóricas poderão contemplar discussões com significações, sentidos e compreensões sociais.

O grande exemplo de desvinculação das teorias iniciais é a expansão do campo da Linguística Aplicada, que a partir da década de 1940 começou a criar as suas raízes nos estudos da linguagem. Moita Lopes (2009) aponta a LA como uma área que ressignificou a Linguística idealizada por Saussure (1916), uma vez que ela incorporou temas referentes ao ensino de línguas na sua agenda de pesquisa. Ainda que os seus dados iniciais apontem para o trabalho com estudos da tradução, a LA tem sua base epistemológica calcada no ensino e aprendizagem de línguas.

Para Widdowson (1979: 235), a LA se apresenta como um campo de saber que nega a Linguística estruturalista, justamente porque despreendeu-se das amarras das teorias gramaticais para centrar a sua atenção no caráter social da língua: “[...] a Linguística Aplicada só pode ser uma área autônoma de investigação na medida em que se livrar da hegemonia da linguística e negar as conotações de seu próprio nome”. Consequentemente, na visão do autor, ao pesquisador da LA deve interessar a perspectiva do usuário da língua, marginalizada pelos estruturalistas.

Moita Lopes (2009) segue na mesma linha ao postular que o objetivo da LA é se debruçar sobre os problemas sociais da linguagem, sendo assim, um ato político e interdisciplinar. O olhar para as práticas sociais mediadas pela linguagem ficou a cargo da LA, de modo que investigar a relação intrínseca entre o eu, o outro e o mundo ganhou espaço nas suas significações. É sabido que a LA também tomou para si as discussões sobre a representatividade dos sujeitos, justamente, porque dentro do seu escopo teórico, o indivíduo, o falante, o usuário da língua, ocupa papel central e insubstituível. Há uma consciência social nas pesquisas da LA, que deixa de lado toda a sistematicidade da língua para compreender o seu uso real na sociedade e nas diferentes esferas comunicativas.

Signorini (2004: 101) complementa a discussão elencando a LA como uma área de investigação que possui a configuração de um objeto híbrido, como bem escreve:

O objeto da tradição linguística clássica é, pois, um híbrido purificado, isto é, no qual foram desemaranhadas as linhas do objetivo e do subjetivo e social. Apesar de não escapar completamente à tradição científica moderna, a LA tem buscado cada vez mais a referência de uma língua real, ou seja, uma língua falada por falantes reais em suas práticas reais

e específicas, numa tentativa justamente de seguir essas redes, de não arrancar o objeto da tessitura de suas raízes. Daí a especificidade do objeto de pesquisa em LA – o estudo de práticas específicas de uso da linguagem em contextos específicos – objeto esse que a constitui como campo de estudo outro, distinto, não transparente e muito menos neutro.

Levantados esses pontos, quando a LA se propõe a investigar práticas de linguagem específicas, cuja ocorrência se dá em contextos específicos e particulares de falantes específicos, ela se aproxima da Linguística de Contato. Especificando, esse ramo se ocupa de observar como duas ou mais línguas coexistem em um mesmo território e dão origem a novas formas de linguagem. Há terminologias que delimitam os fenômenos que ocorrem dentro desse campo, dentre elas, a noção *línguas crioulas*, um dos aspectos que o presente artigo se propõe a analisar.

Seguindo nesse caminho, Alkmin (2001: 21) anuncia que: “Linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Mais do que isso, podemos afirmar que essa relação é a base da constituição do ser humano”. Fazer apologia à sociedade é transportar o aspecto social para dentro das teorias linguísticas, e, basicamente, o primeiro passo para compreender a criação e/ou o surgimento das línguas crioulas. Deve-se ter em conta que essas são línguas socialmente criadas, e que não existiriam se não tivessem de antemão fatores externos que as motivassem.

De acordo com Holm (2004) é extremamente complexo discorrer sobre as línguas crioulas sem relacioná-las com a concepção de *contato linguístico*, isso porque ele é o seu principal fomentador. No que tange a sua existência, pode-se dizer que o contato linguístico se manifesta na sociedade há muitas e muitas décadas: “*Indeed, language contact seems likely to be nearly as old as language itself*” (Holm 2004: 14). DeGraff (2014) afirma que o surgimento do contato linguístico e das línguas crioulas não se deve exclusivamente à expansão europeia iniciada no século XV. Em outras palavras, antes mesmo dos indícios da colonização pela América Latina e no restante do mundo, já existiam nos diversos territórios o choque entre línguas, uma vez que diferentes povos ameríndios/indígenas (incas, maias, astecas, tupi-guarani etc.) coexistiam e utilizavam os seus respectivos códigos uns com os outros para estabelecer a comunicação.

O contato entre as línguas pode gerar tanto o aumento da complexidade dessa estrutura linguística quanto a sua redução. Na concepção de DeGraff (2014), para entender esse fenômeno linguístico é necessário examinar o maior número possível de fatores históricos que o motivaram, pois dificilmente o contato surge de um processo natural e espontâneo. Há vertentes clássicas que explicam a razão de sua existência, como por exemplo, a atividade do comércio e a urbanização, os quais

provém mudanças em uma língua e simultaneamente, fazem com que elas convivam com outras.

Ainda que a Linguística de Contato se debruce sobre línguas exóticas e dialetos oriundos da situação de contato, WLH (1968: 99) postulam que a devida importância nunca foi dada a essa área, sendo ela pouco citada nas discussões que permeiam o contexto da mudança linguística: “[...] de fato, parece não ter ocorrido a ninguém que a teoria pudesse servir como uma base socialmente realista para a investigação da mudança linguística”. Dessarte, faz-se necessário argumentar que os estudos pelos quais a Linguística de Contato se responsabiliza também demonstram um bom exemplo de mudança de paradigma pelo qual a Linguística estrutural passou no decorrer da história, o qual se instaura no movimento biunívoco entre língua e sociedade.

3 Ideologia da nomeação: reinventando elementos historicamente construídos e conceituando as línguas crioulas

Os espectros da virada social da Linguística se interseccionam com o próprio princípio de *ideologia linguística*, esboçado pioneiramente por Jakobson (1980), expandido por Kroskrity (2010) e revisitado por Moita Lopes (2013). Partindo desse pressuposto, há de ser compreendido que as línguas são o resultado de uma invenção política e disciplinada, que a sua materialização na sociedade ocorre através dos discursos que as descrevem. Esses discursos, essencialmente, ancoram-se em uma tradição colonial, europeia, ainda que sejam constituídos pelo olhar do falante e pela academia linguística, carregam em seu interior o puritanismo, a normatividade e a ordenação.

Significativamente, o modo como o falante se relaciona com a sua língua e desenvolve reflexões sobre ela culmina na formação de uma *consciência linguística*, sendo potencializada pelo discurso de que “todo uso linguístico é também um metauso linguístico” (Jakobson 1980). Trocando os termos, instaurar-se em um sistema linguístico e usá-lo é um ato ideológico, uma vez que as ideologias que orientam esse uso possibilitam um olhar situado, além de circunscrever uma percepção categoricamente diferenciada para com a língua do outro.

Tomando esse contexto como base, é passível observar que os limites entre ideologia linguística e *ideologia da nomeação*, evocada por Makoni (2003), são estabelecidos em linhas tênues dentro da empreitada colonial da modernidade. A teorização linguística da modernidade e o ideal de língua pura são questionáveis frente às práticas sociais múltiplas e a subjetividade que elas carregam. Sendo assim, Moita Lopes (2013: 105) pondera: “[...] é crucial discutir se vamos continuar encarando as línguas como sistemas autônomos, apagando o sujeito social, suas

marcas sócio-históricas e ideológicas em seu corpo – e os sofrimentos ou vantagens que acarretam”.

A obstrução da subjetividade do falante e das variantes minoritárias são recuperadas por Bakhtin (1981) quando o intelectual escolhe o termo *língua unitária* para antecipar o que viria a ser a categorização eurocêntrica das línguas, trabalhada por Makoni (2003) na descrição do contexto linguístico africano:

Uma língua unitária não é algo dado, mas é sempre, essencialmente, algo proposto/postulado – e em cada momento de sua vida ela se opõe às realidades da heteroglossia [...] Estamos tomando língua não como um sistema de categorias gramaticais abstratos, mas, ao contrário, a língua é concebida como ideologicamente saturada, língua como visão de mundo, mesmo como uma opinião concreta, garantindo o máximo de compreensão mútua em todas as esferas da vida ideológica. Assim, uma língua unitária dá expressão a forças que operam na direção da unificação e centralização concreta verbal e ideológica, que se desenvolve em uma conexão vital com o processo de centralização sociopolítica e cultural (Bakhtin 1981: 270).

A linguística colonial corroborou com a propagação da concepção de padronização dos dialetos em contextos de diversidade, dando origem ao princípio de uniformidade. Um produto do positivismo europeu, a necessidade de nomear as línguas e apontá-las como unidades distintas, que se enquadram em “caixas”, é uma prática em que a linguagem está calcada em interesses políticos e relações de poder. Há escolhas ideológicas na construção histórica do conceito de língua, marcadas por posicionamentos linguísticos separatistas, os quais refletem no todo sincrético vivenciado pelo falante.

Makoni & Meinhof (2006) elucidam, indiretamente, que a presença do eurocentrismo nos estudos linguísticos influenciou muito a própria concepção que se tem sobre o que são línguas, já que acabou se tornando um norte, um parâmetro para tal classificação. Exatamente, essa conceituação marcada por ideologias dominantes, pelo discurso hegemônico, pela branquitude, alavancaram a discriminação e a inferiorização que se têm das línguas crioulas, de sistemas vinculados às matrizes africanas. É como se elas sempre estivessem em um patamar de *sub-língua*, já que o conceito de língua sustentado tradicionalmente é excludente, sobretudo, porque não são levadas em conta as percepções dos próprios falantes sobre o seu código. As visões sobre o que são línguas crioulas são apenas remontadas nos estudos em curso, uma vez que as raízes teóricas sobre a sua existência estão presas e marcadas em outros constructos: não há discursos que não reflitam de antemão outras ideologias.

À priori, na visão de Holm (2004), o termo *crioulo* era designado àqueles que nasciam nas colônias (e não eram indígenas). Posteriormente, nos meados do século XVII, o vocábulo passou a designar as formas de linguagem utilizadas pelos povos que eram trazidos para as colônias (escravos), e, utilizavam-nas para se comunicar com os seus senhores e demais brancos, aproximando-se de suas línguas, ainda que de uma forma diferenciada. Holm (2004) indica que o primeiro uso da palavra ‘crioulo’ está datada em 1685, no diário de um navegador francês. Enquanto DeGraff (2001) alega que a etimologia da palavra se origina do português (*crioulo*), e também tem registro de ocorrências no espanhol (*crioulllo*), ampliando o significado para “criado em domicílio”.

Para Parkvall (2012), a discussão acerca da gênese das línguas crioulas é factual e histórica, sendo dividida basicamente em duas vertentes: a) a sua ancestralidade é motivada por fatores históricos, políticos, sociais e econômicos, que devem ser considerados na análise de sua ocorrência na sociedade; b) as línguas crioulas apresentam um excepcionalismo, e se diferem das demais línguas por apresentarem um ‘perfil crioulo’. Por serem tipologicamente diferentes, podem ser reconhecidas apenas pelos seus traços linguísticos, sem a necessidade de analisar a história social e a genealogia dessas línguas.

As expressões “línguas crioulas”, “idiomas crioulos” estão relacionadas à nomeação de certos registros linguísticos que se originam do contato entre línguas vernáculas e línguas do colonizador. Muito embora essas práticas com a linguagem recebam o *status* de línguas naturais, faz-se necessário enfatizar que elas se diferem das famílias linguísticas ditas “tradicionais” por apresentarem em sua estrutura três características distintas: 1) o processo de formação pelo qual são submetidas; 2) a relação mantida ou rompida com uma língua de prestígio, nomeada como *lexificadora*; 3) algumas particularidades gramaticais originárias de outra vertente que não seja a do eurocentrismo.

Não se pode explanar a ideia de doação, ou ainda, parentesco genético sem antes especificar que as línguas crioulas são originárias do contato entre mais de duas línguas. Em função disso, o seu processo de construção é bastante amplo e relacionado com diversos elementos e dificuldades. Além disso, é aceitável assinalar que as línguas de contato acompanham e existem na maioria das civilizações, isso porque elas surgem da necessidade de comunicação entre comunidades diferentes.

Diante desse fato, as línguas crioulas facilmente podem ser entendidas como um fenômeno de resistência à estrutura colonial. Igualmente, é natural que sejam idealizadas como uma produtividade linguística subversiva aos usos das línguas do colonizador, uma prática de reexistência, de ressignificação dentro das amarras do colonialismo. Todavia, historicamente, a hipótese da crioulização nos diferentes territórios foi posta como um ato de simplificação da língua do branco, uma prática

inerentemente do negro escravizado, abrindo espaço para a infantilização do falar do sujeito racial.

Fanon (2008) alerta para o fato de que essa reestruturação da língua do colonizador foi entendida gradualmente como um mau uso da língua do branco, a incorporação de uma forma incompleta das línguas de prestígio, uma fragmentação de uma língua padronizada. Essa inferiorização linguística é atemporal, reformulou-se na modernidade e ainda apresenta indícios na sociedade contemporânea.

Hooks (2008: 859) qualifica as línguas crioulas como um uso inovador e reflexivo da língua do colonizador, como bem argumenta:

Necessitando da língua do opressor para falar uns com os outros, eles não obstante também reinventavam, refaziam essa língua de tal modo que ela falaria além das fronteiras da conquista e da dominação. Nas bocas de africanos negros no chamado “Novo Mundo”, o inglês foi alterado, transformado e tornou-se uma fala diferente. O povo negro escravizado pegou pedaços partidos do inglês e fez deles uma contralíngua. Eles colocaram junto suas palavras de tal maneira que o colonizador tivesse de pensar o significado da língua inglesa.

Condicionar a existência das línguas crioulas aos séculos passados não muda a receptividade negativa com que circulam no meio social. O caráter pejorativo que se atribui a essa ocorrência linguística se manifesta desde a sua definição até o próprio funcionamento dentro de uma comunidade nativa de falantes. Nas palavras de Holm (2004: 15): *“In a manuscript completed in 1068 AD, the geographer al-Bakri cites a traveller’s complaint that in the town of Maridi ‘The Blacks have mutilated our beautiful language and spoiled its eloquence with their twisted tongues’.* A impressão que surge diante desse excerto é a depreciação frequente e arcaica existente ao redor das línguas crioulas, taxando-as como aberrações para os falantes e prejudiciais, quase como fontes de contaminação para as línguas de prestígio.

Muysken & Smith (1994) explanam essa percepção acerca do reconhecimento negativo das línguas crioulas, colocando-o como sendo uma resistência da própria comunidade de linguistas, a qual se mantém inerte frente a essa personificação, mesmo observando o crescimento das línguas crioulas enquanto uma vertente teórica da Linguística. Em outras palavras, esse preconceito frequente influencia na ascensão das línguas crioulas como sistemas linguísticos “adequados”, de modo que em uma escala de línguas prestigiadas, essas variedades de fala são ignoradas e marginalizadas.

Holm (2004) segue na mesma linha quando defende que as gerações de linguistas anteriores contribuíram e muito para a manutenção do sentimento de desprezo com as línguas crioulas e a ideia de superioridade das línguas europeias. Bloomfield (1933)

sustenta o mesmo pensamento ao alegar que o reconhecimento teórico das línguas crioulas foi tardio em conformidade com o próprio preconceito dos linguistas. Com poucas exceções, esse grupo as enxergava como aberrantes, defeituosas e, portanto, inadequadas para serem transformadas em objetos de estudo pertinentes.

Uma das hipóteses para negação das línguas crioulas como o *corpus* dos linguistas é a própria ausência do entendimento do que são línguas crioulas. Primordialmente, a comunidade científica ignorava a objetivação desse fenômeno na sociedade porque não entendia a sua identidade, já que o seu perfil estava à margem dos estudos recorrentes na época. Holm (2004) não descarta a pressuposição de que até meados de 1930 o interesse estava em se debruçar sobre a tipologia da linguagem, concentrando o olhar na noção de língua prescritiva, o que abre espaço para a atribuição de regras que definem o que é certo e errado dentro das línguas naturais.

A estigmatização das línguas crioulas é uma problemática reconhecida por diversos autores, e recebe manutenção até dos próprios falantes de crioulos, que ao reproduzirem discursos hegemônicos, nem sempre reconhecem as suas línguas como ricas e fontes valiosas de comunicação: *“Those speakers of creole languages who had access to education were duly convinced that their speech was wrong, and they often tried to make it more similar to the standard”* (Holm 2004: 25). Valdman (1978) alerta para essa visão negativa quando declara que as línguas crioulas são facilmente chamadas de idiomas quebrados, variantes corrompidas das línguas europeias.

Na contemporaneidade, a consciência de que “[...] *creoles are not wrong versions of others languages*” (Holm 2004: 25) veio à tona. À medida que esse discernimento começou a ser construído é que a convicção de que línguas crioulas são novas formas de linguagem passou a permear o meio social, e consequentemente, o campo acadêmico, trazendo significância para o seu horizonte de pesquisa. Indiferentemente da formulação de que as línguas crioulas surgem em grande parte de resquícios de línguas mais antigas, a sua inovação está justamente no fato de possuírem sistemas linguísticos muito distantes e independentes de suas “línguas mães”.

4 A representatividade do crioulo haitiano: imbricamentos históricos, políticos e sociais

No que tange à especificidade da língua utilizada no Haiti, pode-se dizer que o seu crioulo é de base francesa, sendo composto por uma mistura entre línguas de matriz africana e o francês propriamente dito. É bastante clara essa divisão dentro do próprio sistema linguístico, de modo que o léxico haitiano se aproxima muito do francês e a sua estrutura gramatical está mais ligada aos modelos encontrados em línguas africanas.

Tomando como ponto de ancoragem a ideia de que uma língua crioula se dá em função do contato entre línguas, não há como negar que o crioulo haitiano se

ergueu em um contexto de colonização majoritariamente francesa, marcado pela intensa importação de escravos. Não só a situação linguística, mas a própria ideia de nação e de povo haitiano vem desse choque de culturas e de sujeitos.

Parkvall (2012) data o início desse processo de dominação e estabilização de colônias no território haitiano em 1639, alertando que pouco tempo depois dos piratas franceses terem se instalado na ilha de Tortuga, já em 1634, a importação de escravos da África começou a ganhar forma. O autor indica ainda que o desenvolvimento do Haiti foi lento se comparado às outras colônias francesas, isso porque em 1681, a maior parte dos habitantes da ilha ainda era branca, e a população negra teve pouca expressividade até quase o início do século XVIII.

Os dados do intelectual revelam um baixo índice de reprodução na colônia, fazendo com que em 1790 dois terços dos escravos ainda fossem nascidos na África, sendo importados, principalmente, de Senegal. A não procriação foi consequência da intensa exploração de mão de obra, sendo uma problemática importante quando se pensa na estabilização de uma língua na colônia. Isso significaria dizer que assim como a identidade de estado-nação demorou a ser consolidada, a instauração de um código que correspondesse ao povo do Haiti e o seu devido reconhecimento também foi tardio.

Ao passo que a população negra começou a aumentar no território haitiano durante o período colonial, a sua influência na língua utilizada para comunicação começou a possuir notoriedade, atribuindo verdade à hipótese de criouliização do francês. Contudo, no Haiti da atualidade, ainda que os haitianos tentem resgatar as suas raízes não brancas, a influência política, social, econômica e linguística da França é muito mais expressiva do que qualquer interferência que um país africano venha a fazer no território. A população é majoritariamente fluente em *kreyòl* (crioulo haitiano), mas o francês é imposto como a língua para aprendizagem no sistema de ensino e coexiste com o crioulo como língua oficial do país.

DeGraff (2019) elenca o termo *linguismo* para descrever este fenômeno, conceituando-o como a primazia que uma única língua exerce sobre outra em contextos de bilinguismo ou multilinguismo. Ademais, o intelectual discute essa noção de língua hegemônica relacionando-a com a ideia de um racismo velado, uma vez que os habitantes de povos nativos nem sempre terão livre acesso às variantes de prestígio. Trata-se de um movimento separatista, já que acaba dividindo a sociedade entre os sujeitos que sabem a língua estrangeira e os que não sabem, que são monolíngues em crioulo.

Essa noção de segmentação linguística pode ser considerada um reflexo e um efeito do colonialismo que persiste até a atualidade nos territórios em que há coexistência de línguas. Hooks (1994) também trabalha com a ideia de contato e conflito como potencializadores de um ambiente linguístico separatista. Nas suas reflexões, a língua do colonizador se instala nas colônias muito rapidamente e é

utilizada como uma arma de dominação e humilhação contra os povos conquistados, já que é imposta, massacrando o código e a cultura nativa. Indubitavelmente, essa situação remete a um sentimento de inferioridade dos povos não dominantes. De acordo com a autora, o problema em si não é a coexistência de línguas diferentes, mas o que se faz com cada uma delas, em especial, com as línguas de prestígio: “[...] it is not the English language that hurts me, but what the oppressors do with with it, how they shape it to become a territory that limits and defines” (Hooks 1994: 24).

No Haiti, essa imposição começa cedo, com a tentativa de alfabetização em uma língua estrangeira. Nas escolas, não se estimula ou tampouco ensina em kreyòl; as aulas são ministradas em francês, ainda que a maioria dos professores não sejam fluentes na língua. E, em todas as esferas formais de uso (TV, tribunal de justiça, etc) se usa o francês. Sabe-se que a nação lutou muito para deixar de ser colônia, de modo que conviver com elementos culturais do colonizador culmina em um retrocesso em termos de liberdade. Nas palavras de DeGraff (2019: 7), a língua é o amuleto francês que prevalece no território haitiano: “In Haiti, the language that is excluded from the discourse of formal education, official administration and other formal institutions is the one single language that is fluently spoken by the entire population and that is recognized as such in the country’s 1987 Constitution”.

Justifica-se tal ocorrência pelo próprio discurso acerca da importância de uma língua de prestígio em um território nativo, cuja comunicação se dá a partir da utilização de uma língua pouco conhecida. Igualmente, é de conhecimento universal que o francês está entre as línguas mais faladas no mundo, portanto, há o desejo de populações não francesas em aprendê-lo. Outro argumento evocado para explicar essa primazia do francês no território haitiano é o fato do idioma ser visto como uma porta de entrada para o mundo, podendo ser utilizado em cenários para além dos muros do Haiti; enquanto o crioulo é inerente à população haitiana, e os seu uso fica restrito à realidade vernacular dos falantes.

Ainda assim, é surpreendente que no Haiti os falantes utilizem majoritariamente o kreyòl (90% da população) e o prestígio seja centrado no francês. Trata-se de movimentos políticos internalizados no sistema governamental do país. Basta observar que a independência da nação foi proclamada em 1804, mas o crioulo haitiano só foi reconhecido como língua oficial em 1987³, aproximadamente dois séculos depois; para compreender os jogos de poder e de interesse que permeiam a organização dessa nação.

A incorporação da língua do outro, do colonizador, nas esferas oficiais de comunicação e no próprio sistema de ensino implica numa tentativa de retomar a colonização do Haiti. A utopia de que as ações da França são mediadas pela

³Informações extraídas de DeGraff (2014).

intenção de fornecer meios de ascensão social aos haitianos é consolidada nos acordos internacionais, nas ofertas de ajuda para melhorar os quatro cantos do Haiti. Consequentemente, fecha-se os olhos para a realidade extrema da população e as suas condições de subsistência, realidade essa que é refletida nos índices educacionais e nas taxas de desemprego cada vez piores.

O cenário se repete em diversos lugares do mundo, utilizam-se indivíduos que sabem a língua do colonizador e as línguas nativas para construir um intermédio entre opressor e oprimido. O idioma nativo passa a perder força quando o colonizador já se instaurou o suficiente no dito território. Primordialmente, o primeiro passo e o mais assertivo para a camuflagem e o apagamento da variedade nativa é quando a língua do opressor passa a ser utilizada como oficial e a nativa é proibida, caindo em desuso por questões até mesmo de violência. No caso específico do Haiti, na corrida de retomada à colonização, o *start* já foi dado. Explica-se essa tensão à medida que o francês foi instaurado como a língua oficial do Haiti desde a era colonial e assim permaneceu até os tempos contemporâneos.

A denúncia do incentivo ao *monolinguismo* francês já foi feita por DeGraff (2014), quando o autor descreve o estigma e a diferenciação entre falantes bilíngues e falantes monolíngues do Haiti. Nessa perspectiva, no Haiti há um duplo obstáculo: uma forte tendência de promoção da educação bilíngue, todavia, com acesso restrito a uma parcela da população; e uma prática de exclusão frequente através do uso de uma língua europeia dominante em situações cotidianas e básicas para a vida em sociedade. Essas questões quebram todo um movimento por legitimidade do crioulo como a principal língua do país, pelo simples fato dos haitianos monolíngues permanecerem marginalizados linguisticamente.

Em uma última instância, é perceptível a existência de uma revolução inacabada no Haiti. Embora o país tenha sido a primeira colônia americana a se tornar livre (1804), hoje se tem uma liberdade administrativa e jurídica, mas não intelectual e cultural. Assim sendo, o Haiti se tornou um país separatista, em que de um lado se tem os indivíduos com acesso à aprendizagem do francês, e aos principais direitos civis/humanos, e do outro, uma população marginalizada, sem oportunidades de ascender socialmente. DeGraff (2019: 2) anuncia, em suas teorizações, uma cidadania de segunda ordem, cuja existência se justifica mediante um fechamento de elite presente na sociedade haitiana:

In effect, then, neo-colonization and class domination through French have become part and parcel of every corner of Haitian society, relegating monolingual Kreyòl speakers to second-class citizenship even though they constitute the numerical majority and should have the most influence in political matters. It is thus that the use of French in Haiti not only cements “elite closure” (à la Myers-Scotton, 1993) but it fatally undermines the very foundations of freedom and democracy in a country that, ironically, freed itself of French colonial rule, then promised liberty and equality to its population of formerly enslaved Africans.

Apesar de estar inscrito nessa problemática política e social, o crioulo haitiano não é uma cópia fiel de outra língua, ou ainda, uma mistura heterogênea de línguas africanas e do francês. Há uma identidade no seu sistema linguístico, marcas que se diferem e muito das suas línguas mães. O primeiro passo a ser dado na propagação do crioulo como língua de maior prestígio no Haiti é a sua instauração no sistema educacional, e o incentivo à formulação de pesquisas linguísticas que descrevam essa língua como um sistema gramatical estruturado morfologicamente, sintaticamente, foneticamente e fonologicamente, apto para entrar nas salas de aula e em todas as instâncias formais da sociedade.

5 Os fenômenos linguísticos da pós-modernidade: a concepção de sujeito e a identidade perdida do falante de crioulo haitiano

O discernimento de que a sociedade passou por uma reestruturação está muito relacionado com a pós-modernidade, momento histórico em que todas as verdades consagradas foram colocadas em xeque. Por consequência, é possível designar esse fenômeno como sendo o estado cultural, todas as transformações pelo qual o meio social foi submetido a partir do final do século XIX. Trata-se da crise das grandes narrativas, de reconfiguração dos relatos, da liquidez das relações, de sentimentos fluídos.

Bauman (1999) inaugura o termo “liquidez” para antecipar o tempo vigente. O sociólogo trabalha com a ideia de *derretimento de sólidos*, almejando classificar o que viria a ser a pós-modernidade na vida dos diferentes indivíduos. Na sua concepção, essa ideia de liquidez transmite o rompimento de uma ordem, a quebra de algemas e amarras dos sistemas antigos, das raízes da colonização e das verdades inquestionáveis. O meio social passou a ser considerado um espaço de passagem, em que o ser constrói elos entre as escolhas individuais e os projetos de ações coletivas, colocando o Eu no centro das relações.

A liberdade do ser é o elemento de transição entre a modernidade e a pós-modernidade. Ainda nesse contexto, o autor salienta que a modernidade precisou se desfazer, ser derretida para dar origem a um novo ciclo: o da libertação. Assim sendo, a pós-modernidade começou a ser desenhada como o período que sucede a modernidade, um tempo de renovação, de escolhas pautadas na transformação do eu, do outro e do mundo:

O que está acontecendo hoje é, por assim dizer, uma redistribuição e realocação dos “poderes de derretimento” da modernidade. Configurações, constelações, padrões de dependência e interação, tudo isso foi posto a derreter no cadinho, para ser depois novamente moldado e refeito. Quanto aos indivíduos, porém – eles podem ser desculpados

por ter deixado de notá-lo; passaram a ser confrontados por padrões e configurações que, ainda que “novas e aperfeiçoadas”, eram tão duras e indomáveis como sempre. Na verdade, nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outro; as pessoas foram libertadas de suas velhas gaiolas apenas para ser admoestadas e censuradas caso não conseguissem se realocar, através de seus próprios esforços dedicados, contínuos e verdadeiramente infindáveis, nos nichos pré-fabricados da nova ordem. (Bauman 1999: 13).

Lyotard (2018) resume a pós-modernidade como sendo a “incredulidade em relação aos metarrelatos”. Nessa quebra de paradigmas, não há mais a figura de grandes heróis, ou tampouco personagens ilustres. Concentra-se nas encruzilhadas e nos caminhos percorridos por cada sujeito histórico em seu todo sincrético. Basicamente, o interesse da pós-modernidade é protagonizar as performances individuais, compreender como as liberdades são utilizadas e quais as consequências do plano micro no plano macrossocial. Construiu-se uma sociedade menos preenchida por verdades absolutas e mais suplementada por partículas subjetivas dos sujeitos históricos que a habitam.

A pós-modernidade também apresenta um novo impacto econômico: a ascensão do capitalismo cada vez maior. Duarte e Martins (2013) fazem apologia à Leontiev (1978) para analisar a conjuntura assumida por esse novo tempo, alegando que os meios de produção passaram a ser estudados com mais apreço, buscando ressignificar o indivíduo através do trabalho. Não só a ideia abstrata de trabalho, como a sua concretude expressa na força de trabalho são fundantes na vida dos sujeitos contemporâneos. Por consequência, há uma busca incessante pelas possibilidades produtivas do homem, justamente, como meio de fomentar o consumo, ocasionando uma relação cíclica entre bens, força de trabalho e consumo.

Não obstante, Leontiev (1978 *apud* Duarte e Martins 2013: 70) declara que a constituição do homem pós-moderno não se dá apenas pelas as relações de trabalho, como também, em função do modo como o ser se inscreve nos campos de saberes. No interior de suas teorizações, alega que o desenvolvimento humano é multilateral, uma vez que bebe de fontes como a arte, as ciências e a filosofia. Entretanto, essa produção não material é posta, nas sociedades capitalistas, como infrutífera, já que não gera força de trabalho, consegue apenas qualificá-la.

Sabendo que a linguagem ocupa um papel crucial na vida do homem e na sua constituição como sujeito, é importante ressaltar que as relações estabelecidas por meio dela também são modulares na pós-modernidade. Moita Lopes (2013) expande a discussão argumentando que esse momento histórico potencializa as pequenas narrativas linguísticas, colocando práticas discursivas específicas em evidência. Se antes o olhar era canalizado nas grandes teorias, como o Estruturalismo, o

Gerativismo etc, em tempos de liquidez, o interesse linguístico passou a ser o sujeito, a sua performance linguística, o seu uso efetivo da língua.

A própria Linguística pós-moderna tratou de construir essa ideia de performance linguística. Em outras palavras, quando a LA trouxe ao seu objeto de estudo a noção de sujeito, indagando *quem era o sujeito da LA*, ao mesmo tempo, incorporou os usos, o estilo e a historicidade do falante. Por outra ótica, é sabido que os indivíduos performam a linguagem em função das ideologias que carregam em sua essência. Dessa forma, é concebível mencionar que as práticas linguísticas são situadas, e não há como ignorar as cargas subjetivas que os falantes injetam nelas.

Outrossim, a *performance linguística* carrega uma consciência metapragmática acerca dos usos das línguas: os sujeitos injetam em suas performances a própria compreensão de mundo que carregam em seu interior. As suas práticas sociais localizadas no tempo são antes motivadas pelo olhar e pelas relações construídas no meio em que circulam: “[...] toda atividade humana é situada, sua forma, significado e funções estão enraizadas em cenas e eventos definidos culturalmente” (Moita Lopes 2003: 112).

A performance linguística só se torna possível quando há nessa prática social um sujeito anteposto. Esse sujeito, no cerne da LA, é social e contextualizado, construído a partir de suas práticas discursivas situadas na história e no tempo. Diante dessa perspectiva, Geraldí (2010) é um dos principais teóricos quando se pensa em concepção de sujeito da LA. Nos seus estudos, esse fenômeno é ramificado em seis diferentes vertentes, interrelacionadas, trazendo à tona a noção de: a) sujeito responsável; b) sujeito consciente; c) sujeito respondente; d) sujeito incompleto, inconcluso e insolúvel; e) sujeito datado; f) sujeito fora do comando. Na situação linguística conflitante do Haiti, é possível reconhecer essas características em seus falantes, sobretudo, quando se questiona como é formulada a identidade dos indivíduos em um contexto de contato e imposição de uma língua de prestígio.

O *sujeito responsável* é marcado pela subjetividade do ser, há uma negação do determinismo social e biológico como potencializadores de suas ações. A história é negada na relação *face to face*, o indivíduo é concebido pela relação estabelecida com o evento em que se insere, sendo as suas ações unitárias. Evoca-se a noção de sujeito empírico, que só pode ser experienciado por suas ações. Não há a replicação da história de outras gerações, pois esse movimento ignoraria todos os traços que cada sujeito carrega na sua essência.

Há uma intrínseca relação com a ideia de sujeito trabalhada por Bakhtin (2010: 5): “[...] as implicações do fato de o sujeito individual viver um ‘não-álibi na existência’, a relação entre o mundo experimentado pela ação”. Esse sujeito é processo de transformação, produto sempre da mudança contínua, do vir a ser. Além disso, é dono de uma experiência já existente no contexto do todo sincrético, mas nova diante do unitário. É responsável pelas consequências de suas ações, cujas práticas

incidem sobre o meio social em que está inserido: “A responsabilidade se funda no pensamento participativo e a participação de cada um no Ser único é singular e insubstituível” (Geraldí 2010: 136).

Tomando como referência o cenário social, econômico e político do Haiti atual, facilmente o fenômeno da imigração é colocado em destaque. Após o terremoto que atingiu o Haiti no ano de 2010, as idas e vindas desses sujeitos começaram a ser frequentes em solo brasileiro e no restante do mundo. Fatores geopolíticos e econômicos foram os grandes potencializadores, em específico, a busca por oportunidades no mercado de trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que o processo migratório faz parte da história e da cultura haitiana. De acordo com Baeninger et al (2017) todo esse processo é justificável porque a população precisa atender as suas necessidades básicas, e devida à falta de políticas públicas que garantam uma vida digna em sua realidade nativa, acabam buscando caminhos alternativos.

Indiretamente, percebe-se que nesse deslocamento, a ação migratória, representa uma característica do sujeito responsável, o qual entende a sua realidade social e escolhe mudá-la, responsabilizando-se pelas problemáticas que enfrentará no decorrer do processo. Bem como, a escolha pode até ser motivada, mas não determinada historicamente, já que nem todos os haitianos a realizam. A unicidade da prática é pautada na utopia de que no território do outro as engrenagens funcionam melhor e a população é assistida com os direitos básicos.

Em uma segunda instância, o *sujeito consciente* surge como uma ressignificação do ser. Especificamente, a tomada de consciência é um instrumento psicológico de mediação simbólica, sendo consolidada a partir da linguagem, do conjunto de signos que atuam no psíquico do indivíduo: “[...] o ato consciente realizado pelo sujeito é fundado na sua relação com a linguagem. A língua penetra na vida e a vida penetra na língua e esta se faz em matéria da consciência de cada um” (Geraldí 2010: 139). Como parte de todo o processo, o sujeito se coloca cotidianamente em relações com o outro. Logo, a consciência não é formada singularmente, mas nas contraposições mundanas entre o eu, o outro e o mundo.

Aproveitando o enfoque do linguístico, não há complexidade para relacionar a tomada de consciência social com a realidade linguística do Haiti. O crioulo é um dos principais amuletos de ressignificação e de reflexão do falante haitiano. Diariamente, ele compreende o quanto a imposição de outra língua em seu território modifica a vida e as relações sociais que constrói. DeGraff (2014) discute massivamente a necessidade de descolonizar o Haiti contemporâneo, alertando que o primeiro passo para essa conquista seria conceder o direito de existir da língua nativa, ampliar o seu uso e promover a sua valorização. Os próprios falantes de kreyòl entendem a importância de utilizar a sua língua, e o sujeito consciente é acionado quando esses indivíduos continuam a utilizar a variante vernácula, fazendo da nação um país majoritariamente falante de crioulo.

O outro prisma da concepção do sujeito é o *respondente*, que se sustenta na ideia de que toda ação é uma resposta a uma atitude tomada pelo outro. A essência da responsabilidade é a contraposição entre o eu e o outro. Geraldi (2010) menciona que a responsabilidade também pode ser responsiva, uma vez que: “[...] não remete somente ao meu ato, mas também ao ato de que meu ato foi resposta. A responsabilidade responsiva tem dupla direção, tanto para o passado quanto para o futuro, ainda que concretamente ela é sempre realizada no presente” (Geraldi 2010: 140).

Partindo da premissa de que o sujeito respondente é agentivo, posicionar-se contra a ideologia colonial existente no Haiti, promovendo movimentos de valorização da língua nativa e a criação de políticas linguísticas que fortaleçam o uso do crioulo, liderados principalmente por uma parcela de educadores e linguistas, expressa uma resposta a uma ação historicamente tomada. A identidade do haitiano é colocada em jogo durante a negação da cultura e da língua do outro, uma vez que se entende as inúmeras características e particularidades desse povo como sendo elementos representativos suficientes à ideia de nação. Não há nada mais inerente ao Haiti do que os seus próprios sujeitos, não há língua mais eficiente para esse povo do que o crioulo.

DeGraff (2014: 286) reconhece as iniciativas locais e contemporâneas para a restauração da identidade do povo haitiano, conforme pontua em suas palavras:

Fortunately, we find local educators/activists, in the Caribbean and elsewhere, who view their native languages as normal languages and who are working for a future in which these languages will, at last, be integrated as media of instruction and communication at all levels, including higher education and public administration, and as instruments for socioeconomic advancement in their communities, on a par with European languages.

Trazendo outro viés de análise à discussão, a nomeação de *sujeito incompleto, inconcluso e insolúvel* é autoexplicativa. Há uma negação da tradição cartesiana de sujeito acabado, projetando o pensamento de que o outro é quem significa o eu, que o valida. Praticamente, parte-se da idealização de que o sujeito sofre a interferência do outro para se constituir, oscilando no plano relacional entre a intersubjetividade e o interpessoal. Todavia, faz-se necessário complementar a discussão alegando que essa influência, o acabamento do sujeito, não se dá na intersecção com um único outro, mas pela multiplicidade de outros com os quais o eu se entrecruza no decorrer da sua história.

O conceito de *exotopia* é acionado nesse caso, já que essa incompletude fundante toma forma nas palavras de Bakhtin (1992: 55): “Nossa individualidade não teria

existência se o outro não a criasse”. A função do outro não se limita à diferenciação do eu, mas ao desenho do sujeito inconcluso a partir da sua perspectiva do que é existir no mundo. O olhar do outro é qualitativo, podendo atuar de forma positiva ou estigmatizante na vida e na realidade situada do eu.

Acresce que no Haiti, a divisão e a desigualdade social são expressas significativamente pelo uso linguístico que os falantes fazem. Ao passo que os haitianos bilíngues, usuários de crioulo e francês são postos no topo da hierarquia social, sendo rotulados como sujeitos desenvolvidos e aptos para atuarem em sociedade; os monolíngues são tomados como ignorantes, sem conhecimento, já que não ser proficiente em francês significa estar em constatare desvantagem. Ainda que o sujeito se complete na presença, pelo olhar e na ação conjunta com o outro, faz-se necessário refletir o quanto essa interferência, no contexto social do Haiti, é prejudicial à própria identidade do falante, corrompendo o modo como ele se enxerga e avalia as suas ações no mundo.

DeGraff (2014: 285) denuncia o fato dessa divisão entre monolíngue e bilíngue ser socialmente gritante na nação:

[...] is echoed by the superiority that is (self-) assigned to the very small percentage of contemporary Haitians who are fluent in both French and HC and have maintained an approximation of the stratification that was current during the colonial period, although the colonial stratification, unlike the postcolonial one, included the French-born colonial settlers and their Creole descendants at the top of the socioeconomic hierarchy. Furthermore, in Haiti one often hears the argument, among policymakers, intellectuals, educators, and parents, that those Haitians who do not speak French are, to put it politely, cognitively or socially handicapped.

As línguas europeias restringem e camuflam as variantes nativas quando coexistem em um mesmo espaço funcional, concedendo margem para essa diferenciação entre um tipo de falante e outro. Nesse sentido, o conceito de sujeito inconcluso, incompleto e insolúvel se aplica inteiramente à realidade linguística dos haitianos. Ser falante bilíngue é estar na categoria de eu e outro sincronicamente. Remetendo-se, assim, a uma licença poética para qualificar negativamente o falante monolíngue, devida à incorporação de traços das línguas de prestígio em seu aparato linguístico. Articulando teoria e prática, a identidade do falante haitiano monolíngue existe em contraposição ao bilíngue, em um ato de ressignificação de suas próprias raízes, esse sujeito se deixa ser constituído como diferente pelo olhar do outro, por acreditar que o uso linguístico que faz de sua língua é devidamente adequado e necessário ao contexto em que está inserido: a sua nação.

A temporalidade e a historicidade entram em jogo quando se pensa em *sujeito datado*. Essencialmente, o plano micro (individual) é projetado a partir da existência anterior de um plano macro (história). Geraldi (2010) escolhe o conceito de *cronotopos* para nortear a sua discussão, alegando que as configurações do tempo e do espaço são representadas na linguagem e no discurso dos sujeitos, fazendo com que eles sejam socialmente motivados ainda que de forma indireta e não intencional. Refere-se a uma nítida relação entre a vida singular e a vida coletiva, sendo impossível ignorar a historicidade pela qual a subjetividade do sujeito é desenhada.

Segundo Bakhtin (1992), o entrelaçamento entre presente, passado e futuro ocorre quando esse tipo de sujeito é trazido ao debate, indicando que os indivíduos circulam por um espaço discursivo e social historicizado pelo tempo: “[...] em toda parte o olho que vê procura e encontra o tempo: a evolução, a formação, a história. Por trás do que está concluído, transparece, com excepcional evidência, o que está em evolução e em preparação” (Bakhtin 1992: 247). Sabe-se, então, que o tempo deve ser contemplado em um contínuo, o qual não se torna possível sem as interações no passado e as consequências do futuro.

Conforme afirma Calvet (2002: 12): “[...] as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. As línguas possuem uma genealogia, uma ancestralidade, realizam todo um percurso para atingirem o patamar linguístico em que se encontram na atualidade. Com o crioulo haitiano não foi diferente, não há como compreender os usos dessa língua hoje sem acionar todos os movimentos por representatividade que já foram lançados ao seu favor, sem ressaltar o quanto o colonizador foi invasivo linguisticamente falando, sem relembrar quanto sangue já se derramou para que a cultura nativa pudesse existir e ser vista com dignidade.

Assumir os falantes haitianos como interesse de pesquisa é um movimento biunívoco: de desconstrução e de resgate histórico. Embora algumas teorias linguísticas defendam a possibilidade de compreender as línguas crioulas sem observar as problemáticas que elas carregam, atentando o olhar apenas ao sistema interno, quando se pensa no Haiti, torna-se ilógico se apropriar desse viés. O *kreyòl* é resultado de um processo de hibridização motivado por fatores históricos, políticos e sociais; e simultaneamente, a situação linguística do Haiti contemporâneo ainda é influenciada por raízes coloniais, indicando que a realidade desses falantes é potencializada por um determinismo histórico e social. A própria noção pioneira de língua haitiana já carrega reflexos de um período colonial marcado por desigualdades, imposição e apagamento identitário.

Aproveitando o enfoque, *o sujeito fora de comando* dialoga com todos os outros acima mencionados, sobretudo, porque está em constante construção, sempre se fazendo e se reinventando. É o sujeito que enfrenta o mundo real constituído por dois centros de valor que se encontram e se diferem: o eu e o outro. Segundo Geraldi

(2010: 145), o princípio essencial da individualidade do eu correlacionado com a alteridade do outro é o elemento crucial desse sujeito em formação: “Este não é um sujeito cartesiano. E por isso está fora do comando. Este é um sujeito que é história junto com a história de outros”.

Refletindo sobre essa passagem, torna-se nevrálgico retomar a própria visão que o falante de crioulo haitiano tem de si. Ainda que a sua história seja constituída por uma mescla de raízes africanas e francesas, há uma identidade que é inerente ao ser, não sendo pertencente nem às africanidades, e tampouco ao eurocentrismo. Vale lembrar que apesar de estar inserido em uma cultura invasiva, o falante de crioulo demonstra uma consciência linguística, expressa em dois fatores: a) ele procura meios de valorizar a sua cultura, a sua língua e o seu território; b) ele não se sente inferior ao francês, mesmo sendo taxado assim até mesmo pelos haitianos bilíngues, denominados como *quase brancos* (Fanon 2008).

A consciência linguística de um falante haitiano se resguarda na tentativa de preservar a sua identidade, reafirmando-se em discursos contra-hegemônicos: “Here I am reminded of the Haitian saying *Pale franse pa vle di lespri* ‘Being able to speak French doesn’t mean that one is intelligent’” (DeGraff 2014: 285). Didaticamente, o conceito de identidade é bastante multifacetado e pautado na diversidade. Recorrendo ao plano imagético, no cerne de espaços de conflitos, sejam eles: linguísticos, políticos, econômicos, sociais, etc.; compreendê-lo é um processo natural, sobretudo, porque há indivíduos que passam uma vida tentando conquistar sua identidade, almejando ser reconhecido como alguém em um mar imerso por muitos ninguéns.

Em circunstâncias de colisão de pessoas, de linguagens e de culturas, evocar elementos autóctones é um ato de rebeldia, de descentralização, de descolonização. Políticas linguísticas para o multilinguismo são essenciais e emergenciais em territórios como o Haiti, em que se situa uma língua crioula que inexistente se comparada ao prestígio do francês. Reavaliar conceitos historicamente postos é o primeiro passo a ser dado. Desinventar a função das línguas e reconstruir a atmosfera global por meio das histórias locais é o fechamento das fronteiras porosas construídas na e pela ideologia colonial.

6 A reconstrução das raízes haitianas: os caminhos da efetiva educação escolar emancipatória

Independentemente da sociedade em que se está inserido e dos seus percursos históricos, políticos e sociais, a escola é um dos primeiros grupos sociais que todo indivíduo começa a frequentar e o espaço em que molda as ações pioneiras como cidadão. A essência dessa instituição é capacitar os sujeitos para a vida social, fazendo com que aprendam a mediar as suas relações a partir das diferentes áreas de

conhecimento, em especial, a linguagem. Por consequência, a língua configura no instrumento de expressão do eu com o outro no mundo. Criticamente analisando, se é pela língua que o homem se constitui sujeito, quais os potencializadores da atual situação educacional do Haiti? De praxe, é sabido que além do acesso ao ensino não ser garantido oficialmente, a exposição ao linguístico é corrompida duplamente: a exposição à língua nativa no aparato escolar é inexistente, e à língua estrangeira, é errônea e inadequada.

Há uma diferença de larga escala em aprender em uma língua e aprender uma língua, tendo essa questão em conta, DeGraff (2019) se apresenta como um dos precursores dessa discussão no que se refere ao cenário haitiano. Aventurar-se pelo processo de ensino e aprendizagem da língua francesa poderia ser um movimento como em qualquer língua, de transição entre práticas na língua nativa aos usos efetivos de uma língua estrangeira. Contrariamente, ter o ensino na língua nativa neutralizado em detrimento do ensino na língua estrangeira já é uma ação peculiar de dados contextos, sobretudo, aqueles que comportam o contato entre línguas. Contemplando por esse viés, é inegável que a apropriação tanto do crioulo haitiano quanto do francês é fragmentada e fragilizada, sem resultados muito efetivos e expressivos em termos de estatística educacional.

Ponderando essas problemáticas, como é possível discorrer acerca da identidade de um falante sem assumir a importância da educação na sua formação como sujeito social? Construir-se-á a concepção de falante de crioulo haitiano e as próprias raízes nativas pelo gradualismo, por passos dados ao lado de educadores, linguistas e idealizadores de políticas públicas e políticas linguísticas. Corrigir um sistema educacional excludente e separatista além de oportunizar a inserção no mundo letrado, dará voz àqueles que foram historicamente silenciados e marginalizados. Educação é um direito básico, um recurso imprescindível à vida em sociedade, e não deve ser entendido como uma mercadoria a ser buscada no território alheio. Assim sendo, em uma sociedade futurista, o ideal a ser oferecido aos haitianos é o direito de migrar por vontade de conhecer novas culturas, pelo pensamento de que mudanças são importantes ao crescimento humano; e não pela necessidade, por almejar uma estada com recursos básicos, pelo apelo à vida digna.

Conquanto, não é suficiente que se ofereça apenas o acesso ao ensino em nível de alfabetização, os sujeitos em aprendizagem também necessitam entrar em contato com eventos e práticas de letramento⁴, fazendo com que os usos da língua extrapolem os muros da escola. A apropriação do sistema linguístico não deve ser eficiente apenas no núcleo escolar, em situações de maior monitoramento, mas para vivências

⁴Conceitos extraídos de Street (2010), em seu trabalho etnográfico sobre os estudos do letramento “Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas”.

no meio social, das mais diversas esferas comunicativas, indo das instâncias mais formais às cotidianas e informais.

É importante refletir que as práticas e eventos de letramento se relacionam com o poder aquisitivo dos indivíduos, uma vez que correspondem à oportunidade de adquirir hábitos de leitura e escrita diferenciados e, simultaneamente, direcionados por objetivos específicos. Outro ponto importante é a frequência em que se tem acesso ao mundo da leitura e da escrita. Pensando em uma sociedade hierarquizada e dividida em classes como o Haiti, quem são os mais privilegiados no que tange aos eventos e práticas de letramento? De que camadas sociais são os sujeitos que transitam pelo mundo da leitura e da escrita para além dos momentos em sala de aula? Em vista dessas questões é que se compreende a urgência de se descolonizar o Haiti e romper com o eurocentrismo instaurado até mesmo no sistema educacional do país. Não se trata unicamente de resgatar as raízes históricas e identitárias desse povo, mas de promover a construção de uma sociedade igualitária desde o plano econômico até o linguístico.

Quando se infere que aprender em uma língua se difere de aprender uma língua, e, do mesmo modo, quando se apreende que alfabetizar e letrar são fenômenos diferentes, percebe-se a existência de uma nova função para o educar e o aprender: ser um processo humanizador, e não meramente profissionalizante. Os falantes de crioulo, os haitianos, reconhecem essas diferenças e o quão é significativo marcá-las. No entanto, para que distingam a educação humanizadora da educação com fins profissionalizantes, é, de outrora, necessário apresentar-lhes o constructo da formação humana.

Antes mesmo de repensar meios de promover a educação linguística no Haiti, é preciso desconstruir a própria funcionalidade que o ato de aprender representa historicamente para esses sujeitos. Tomando o intenso movimento migratório como ênfase, ao se deslocarem para outros territórios em busca de oportunidades de emprego e estudo, as quais não são oferecidas efetivamente em seu país nativo, demonstram que a concepção de educação para fins profissionalizantes está muito mais enraizada nessa sociedade do que a ideia de educação humanizadora. Chegando em novos países, uma das primeiras preocupações dos imigrantes é encontrar vertentes que proporcionem qualificação para conseguirem se inserir no mercado de trabalho. Não é em vão que esses indivíduos buscam cursos de idiomas, cursos técnicos e até mesmo cursos universitários para ampliarem os seus conhecimentos e atenderem às demandas do sistema capitalista.

Sem ao menos evocar explicitamente os conceitos marxistas de omnilateralidade e unilateralidade⁵, é possível trabalhar com formação humana fazendo contraposição

⁵Parte-se da discussão proposta por Ferreira Jr. e Bittar (2008), em sua obra: "A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci".

entre essas duas linhas teóricas. A educação linguística e toda forma de conhecimento pode ser norteada por esses fenômenos, visto que abordam a visão do homem sobre o que é viver em sociedade e qual o papel da educação nesse processo social. Por conseguinte, reconstruir a identidade do falante haitiano, é, ao mesmo tempo, um movimento de desconstrução da ideologia colonial, e uma ação de transcendência do estado de homem unilateral ao homem omnilateral.

O homem tende a ser mais unilateral do que omnilateral, sobretudo, porque não consegue alcançar esse estágio em função das amarradas alienadoras em que se encontra imerso. Isso significaria dizer que o homem omnilateral não pode ser projetado no atual sistema político e econômico da sociedade, mas essa concepção descolonizada e descentralizada já está sendo construída em ambientes escolares que almejam a educação emancipatória. Para o Haiti, não basta a inserção da cultura nativa e do crioulo no sistema educacional, é também substancial que o haitiano incorpore a sua completude a partir da atuação na sociedade mediada pelo seu Eu real, e não pelo assujeitamento oriundo das relações de poder em que se situa.

7 Considerações finais

O caminho teórico traçado no decorrer do presente artigo possibilitou a constatação da importância de se descolonizar o Haiti contemporâneo, resgatar as raízes nativas de seus falantes e desinventar o conceito de língua implementado factualmente nesse cenário linguístico. Partindo do princípio de que as línguas crioulas se originam do contato, pode-se dizer que no embate entre o crioulo haitiano e o francês, as influências negativas tanto para a cultura da nação quanto para os usuários de sua língua são bem marcadas, causando impacto, em particular, nos traços identitários de ambos. Há de ser considerado que esse fenômeno se justifica, principalmente, pelo prestígio histórico que foi dado às línguas europeias em detrimento das línguas de matrizes africanas e demais regiões continentais. O eurocentrismo não atua somente no plano linguístico, mas em diferentes instâncias das sociedades, e no caso da haitiana, percebe-se que a francofonia se estendeu aos limites econômicos, políticos e sociais, revelando uma independência inacabada do país caribenho.

Ao propor o cruzamento entre a concepção de sujeito discutida nos estudos linguísticos da pós-modernidade e a identidade dos falantes de crioulo haitiano foi possível compreender o quanto esses indivíduos estão imersos em um determinismo social e histórico. À luz das seis tipologias de sujeito, sendo elas: sujeito responsável, sujeito consciente, sujeito respondente, sujeito incompleto, inconcluso, insolúvel, sujeito datado e sujeito fora do comando; identificou-se que o condicionamento das ações dos haitianos é, em certa medida, manipulado pelo olhar pejorativo que se tem sobre a sua língua e cultura. Por consequência, gradativamente, a identidade dos falantes passou a ser fragmentada, comprimida e esfacelada, causando uma inversão

de valores, de modo que a branquitude francesa prevalece no topo da hierarquia social, ocupando o lugar de origem da civilização nativa.

Sem mais delongas, a culminância da discussão construída teve como ancoragem uma única palavra: desconstrução. Fundamentando esse discurso, a ideia de desconstrução foi assumida em dois âmbitos distintos: na escolha do objeto de investigação, saindo do plano de temáticas específicas da Linguística Aplicada para relacioná-las com um fenômeno inerente aos estudos de contato e de conflito linguístico; e na decisão de apresentar a educação linguística emancipatória como meio de transformação da realidade do Haiti.

Encarregar-se de abordagens sociais dentro do escopo da Linguística não diz respeito exclusivamente à demonstração dos contextos em que a linguagem se instaura e quais as relações de poder que a consolidam, mas reconhecer que há colisão de pessoas, de culturas e de ideologias no plano linguístico de qualquer sociedade. Debater identidade aliada à educação expressa uma iniciativa de valorização do nativo através de um elemento básico: o acesso ao conhecimento. Trata-se de uma experiência que não pode ser retirada, apagada ou removida de nenhum ser humano, ainda que estejamos falando de um espaço de coexistência entre variantes linguísticas de prestígio e variantes linguísticas marginalizadas.

Referências

- Alkmin, Tânia. 2001. Sociolinguística: parte I. In Mussalim, Fernanda & Bentes, Ana Cristina. (orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, 21-47. São Paulo: Cortez.
- Baeninger, Rosana et al. 2017. *Imigração haitiana no Brasil*. São Paulo: Paco Editorial.
- Bakhtin, Mikhail M. 1981. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bakhtin, Mikhail M. 1992. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, Mikhail M. 2010. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- Bauman, Zygmunt. 1999. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Bloomfield, Leonard. 1933. *Language*. London: Allen and Unwin.
- Calvet, Louis-Jean. 2002. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola.
- DeGraff, Michel. 2001. Morphology in Creole Genesis: Linguistics and ideology. In Kenstowicz, M. (org.) *A Life in Language*, 53-121. Cambridge: MIT Press. DOI: <https://doi.org/10.7551/mitpress/4056.003.0005>

DeGraff, Michel. 2014. The Ecology of Language Evolution in Latin America: A Haitian Postscript toward a Postcolonial Sequel. In Salikoko, Mufwene (org.) *Iberian Imperialism and Language Evolution in Latin America*, 274-327. Chicago: University of Chicago Press. DOI: <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226125671.003.0011>

DeGraff, Michel. 2019. Against Apartheid in Education and in Linguistics: The Case of Haitian Creole in Neo-Colonial Haiti. In Macedo, Donald (org.) *Decolonizing Foreign Language Education*, 9-32. Abingdon: Routledge.

Duarte, Newton & Martins, Lígia Márcia. 2013. As contribuições de Aleksei Nikolaevich Leontiev para o entendimento da relação entre educação e cultura em tempos de relativismo pós-moderno. In Ferro, Olga Maria dos Reis & Lopes, Zaira de Andrade (orgs.) *Educação e Cultura: Lições históricas do universo pantaneiro*, 43-79. Campo Grande: UFMS.

Fanon, Frantz. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: EDUFBA.

Ferreira Jr, Amarílio & Bittar, Marisa. 2008. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação* 26: 635-46.

Geraldi, João Wanderley. 2010. *Ancoragens: estudos bakhtinianos*. São Carlos: Pedro e João Editores.

Harris, Roy. 1981. *The Language Myth*. London: Duckworth.

Hooks, Bell. 1994. *Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom*. New York: Routledge.

Hooks, Bell. 2008. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas* 16: 857-64.

Holm, John. 2004. *An introduction to pidgin and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jakobson, Roman. 1980. *The framework of language*. Ann Arbor: University of Michigan Slavic.

Kroskrity, Paul. 2010. *Language ideologies*. Los Angeles: University of California.

Leontiev, Aleksei Nikolaevich. 1978. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.

Lyons, John. 1989. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Lyotard, Jean-François. 2018. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Makoni, Sinfree. 2003. From Misinvention to Disinvention of Language: Multilingualism and the South African Constitution. In Makoni, Sinfree, Geneva

Smitherman, Arnetha Ball & Arthur K. Spears (orgs.). *Black Linguistics: Language, Society and Politics in Africa and the Americas*, 132-51. New York: Routledge.

Makoni, Sinfree & Meinhof, Ulrike. 2006. Linguística Aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”. In: Moita Lopes, Luiz Paulo da. *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*, 191-211. São Paulo: Parábola Editorial.

Moita Lopes, Luiz Paulo da. 2009. Da aplicação linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: Pereira, Regina Celi & Roca, Pilar. *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*, 11-24. São Paulo: Contexto.

Moita Lopes, Luiz Paulo da. 2013. *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial.

Muysken, Pieter & Smith, Norval. 1994. The study of pidgin and creole languages. In Arends, Jacques, Muysken, Pieter & Smith, Norval (orgs.) *Pidgins and Creoles, an introduction*, 3-14. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.

Parkvall, Mikael. 2012. *Da África para o Atlântico*. Campinas: Editora Unicamp.

Rajagopalan, Kanavillil. 2003. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial.

Saussure, Ferdinand. 1916. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix.

Signorini, Inês. 2004. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada. In Signorini, Inês & Cavalcanti, Marilda. (orgs.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*, 99-110. Campinas: Mercado das Letras.

Street, Brian V. 2010. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In Marinho, Marildes & Carvalho, Gilcinei Teodoro (orgs.). *Cultura escrita e letramento*, 33-53. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Valdman, Albert. 1978. *Le créole: structure, statut et origine*. Paris: Klincksieck.

Weinreich, Uriel, Labov, William & Herzog, Marvin I. 2006 [1968]. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.

Widdowson, H. G. 1979. *The Partiality and Relevance of Linguistic Description*. Oxford: Oxford University Press.

Recebido: 01/10/2019

Aprovado: 23/11/2019
